

Ambiguidade perigosa

Merval Pereira

Há poucos dias participei, juntamente com vários outros profissionais de diversas áreas, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), na Praia Vermelha, no Rio, de um almoço temático em que o assunto central era a Comunicação Social. Vários aspectos da questão foram discutidos, e naturalmente sobrou para mim, o único jornalista presente, a pergunta inevitável, já que naqueles dias o governo da Venezuela estava fechando diversas rádios, como já fizera anteriormente com a RCTV, na continuação da perseguição à liberdade de expressão no país. Um oficial me perguntou como eu via a política externa brasileira em relação à América Latina, justamente tendo em vista a tendência autoritária e antidemocrática de governos como o da Venezuela e seus satélites e a cada vez mais clara perseguição à imprensa livre.

Disse, em resumo, o que já escrevi aqui algumas vezes: compreendo a tese da união regional, e entendo a ajuda aos países mais pobres — não quer dizer que aceite a passividade com que o governo brasileiro reage diante da invasão da Petrobras na Bolívia, por exemplo —, mas deveríamos exigir em troca que eles se comportassem dentro dos padrões democráticos.

E o Mercosul tem uma cláusula expressa a favor da democracia que não pode ser esquecida pelo Senado na análise da aceitação da Venezuela no organismo regional.

O senador Eduardo Azeredo, presidente da Comissão de Relações Exteriores, já fez um discurso e recentemente criticando o governo venezuelano na sua tentativa de controlar os meios de comunicação.

A cada dia que passa fica mais claro o descomprometimento do governo venezuelano com os valores democráticos.

A intervenção no ensino é a mais recente, e não será a última, prova disso.

No entanto, é cada dia também mais evidente a incoerência da política externa brasileira, muito rigorosa com a Colômbia e leniente com os chamados “bolivarianos”.

A reportagem do último número da revista inglesa “The Economist”, uma das mais respeitáveis do mundo, perguntando “de que lado está o Brasil” e chamando a atenção para o fato de que o país “não

pode confundir democratas com autocratas, como Lula parece fazer”, é reflexo dessa ambigüidade.

O caso das chamadas “bases americanas” na Colômbia é típico. Colômbia e EUA estão discutindo um acordo para aumentar a cooperação militar americana para combater os traficantes de drogas e narcoguerrilheiros, mas as bases serão comandadas e operadas por colombianos.

Há uma limitação legal do Congresso Americano para o número de soldados envolvidos na operação, que não pode passar de 800 militares e 600 prestadores civis de serviços. Pelo novo acordo, as tropas americanas estarão em pelo menos sete bases militares colombianas.

O número atual, de 71 militares e 400 civis, certamente será aumentado, mas dentro desse limite legal. Mas Lula, mesmo que tenha atuado para esvaziar o espírito belicoso de Chávez na recente reunião da Unasul, sugeriu “convocar” o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, para se explicar aos sul-americanos.

Expedito Bastos, pesquisador de assuntos militares da Universidade Federal de Juiz de Fora, e que estava presente na reunião da Eceme, acha que as bases americanas na Colômbia não são ameaças ao Brasil, até porque algumas já existem há tempos e fazem parte da ajuda na luta contra o narcotráfico e a guerrilha das Farc, que já dura mais de trinta anos e não foi

necessário pedir autorização aos países sul-americanos, quando de sua implantação. “Trata-se de um problema interno de um país”, resume.

Também não encontrei entre os oficiais do Exército com quem conversei preocupação com o assunto que tanto mobiliza o governo brasileiro. Para Expedito Bastos, o investimento americano em ajuda militar “tem sido muito grande e está surtindo efeitos altamente positivos para ambos e, de certa forma, para toda a região”.

Ele lembra que os Estados Unidos não necessitam de bases para efetuar ataques contra alvos em qualquer ponto do planeta. “Detém tecnologia suficiente para isto, basta lembrar os bombardeiros do tipo B-2 invisíveis ou dos antigos B-52 que se encontram ainda operacionais, isto sem falar em aviões espiões que podem voar a grande altitude e os inúmeros satélites militares de que dispõem, além de uma ótima frota naval composta por porta-aviões e submarinos nucleares”.

O curioso, diz ele, é que “quando a Venezuela anunciou que a Rússia seria bem vinda caso precisasse de uma base na região, ninguém reclamou.

Quando dois aviões Tupolev Tu-160 Blackjack, com capacidade de levar armas

nucleares, realizou manobras na região, operando a partir daquele país, inclusive voando em águas internacionais ao longo da costa brasileira até o Uruguai, ninguém reclamou”.

O pesquisador prossegue: “Quando o cruzador nuclear ‘Pedro, O Grande’ lá aportou para manobras com a marinha venezuelana, acompanhado do destróier ‘Chabanenko’, e de outros de apoio, ninguém reclamou. Quando se divulgou que armas adquiridas pela Venezuela foram capturadas em mãos de guerrilheiros das Farc, ninguém reclamou. Mas quando os americanos recriaram a IV Frota foi uma reclamação geral, parecia que fora criada para nos intimidar, invadir o nosso pré-sal, uma ameaça à soberania dos países da região, e não para conter o avanço chinês na África”.

O problema, para Expedito Bastos, é que os governos da região “estão agindo por ideologia e parecem não ter percebido as mudanças ocorridas no mundo após o fim da guerra fria e, com atitudes antiamericanas em suas retóricas, querem a todo custo trazer de volta a tensão daquele período para essa região, onde os perigos maiores estão muito mais próximos do que imaginamos e gerados em nosso entorno”.